

Relatório E Contas 2021



Abril 2022

ÍNDICE

1. Introdução	7
1.1. Empresa – Informação Geral	7
1.2. Órgãos Sociais	9
2. Nota Introdutória	12
3. Relatório de Atividades de 2021	14
3.1. Santa Maria	15
3.1.1. Património transferido do Estado para a Região Autónoma dos Açores	15
3.1.2. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (Incuba+)	15
3.1.3. Iniciativas Promotoras do Empreendedorismo	17
3.1.4. Trabalhos realizados	18
3.1.5. Investimentos na Incubadora de Empresas	19
3.1.6. Edifício Comercial "A Cantina"	20
3.2. Graciosa	20
3.2.1. Hotel da Graciosa	20
3.3. Flores	22
3.3.1. Hotel das Flores	22
3.3.2. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão	23
3.4. São Jorge	24
3.4.1. Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo	24
3.5. Resumo dos Investimentos em Santa Maria e Graciosa	24
3.6. Campos de Golfe de São Miguel	25
3.6.1. Investimentos nos Campos de Golfe São Miguel	27
3.7. Campo de Golfe da Terceira	30
3.8. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial	31

3.8.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	31
3.8.2. Linha de Crédito Açores Investe II	31
3.8.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II	32
3.8.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	32
3.8.5. Medidas de Apoio ao Emprego	34
4. Funcionamento e Financiamento da Atividade	34
5. Recursos Utilizados	35
5.1. Recursos Humanos	35
5.2. Recursos Técnico-Investimentos	35
6. Situação Económica - Financeira	36
6.1. Situação Económica	36
6.1.1. Proveitos	36
6.1.2. Custos	36
6.1.3. Resultados	36
6.2. Situação Financeira	37
6.3. Dados Económico – Financeiros	37
6.4. Indicadores Económico – Financeiros	38
7. Factos Relevantes após o Termo do Exercício	38
8. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social	38
9. Perspetivas	38
10. Agradecimentos	39
11. Aplicação de Resultados	39
12. Contas	40
12.1. Balanço em 31 de dezembro de 2021	41
12.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2021	42

12.3. Movimentos ocorridos nas rubricas de capital	44
12.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto	46
12.5. Anexo às Demonstrações Financeiras	47
1. Identificação da Entidade	48
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	48
2.1. Bases de apresentação	48
2.2. Derrogação das Disposições do SNC	49
2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras	49
3. Principais Políticas Contabilísticas	49
3.1. Conversão cambial	49
3.2. Ativos fixos tangíveis	50
3.3. Ativos fixos intangíveis	51
3.4. Imparidade de ativos não financeiros	51
3.5. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)	52
3.6. Inventários	53
3.7. Clientes e dívidas de terceiros	54
3.8. Caixa e seus equivalentes	54
3.9. Capital	54
3.10. Empréstimos obtidos	54
3.11. Imposto sobre rendimento	55
3.12. Benefícios aos empregados	56
3.13. Provisões	56
3.14. Subsídios e apoios do Governo	56
3.15. Locações	57
3.16. Especialização dos exercícios	58
3.17. Rédito	58

3.18. Resultados financeiros	58
3.19. Principais fontes de incerteza das estimativas	59
3.20. Classificação da demonstração da posição financeira	59
3.21. Eventos subsequentes	59
4. Fluxos de Caixa	60
5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas	60
6. Ativos Tangíveis	60
7. Ativos Intangíveis	61
8. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial	62
9. Ativos por impostos diferidos	63
10. Inventários	63
11. Clientes	64
12. Outros créditos a receber	64
13. Estado e Outros Entes Públicos	66
14. Diferimentos	67
15. Variações na rubrica de Património Líquido	67
16. Capital subscrito	67
17. Reservas Legais	68
18. Ajustamentos / Outras variações no Património Líquido	68
19. Financiamentos obtidos	69
20. Fornecedores	70
21. Outras Dívidas a pagar	70
22. Rédito	70
23. Subsídios à exploração	71
24. Fornecimentos e Serviços Externos	71
25. Gastos com o Pessoal	72

26. Outros rendimentos e ganhos	72
27. Outros Gastos e Perdas	73
28. Gastos e Rendimentos Financeiros	74
29. Garantias prestadas	75
30. Imposto sobre o Rendimento do exercício	75
31. Partes Relacionadas	76
32. Disposições Legais	77
33. Eventos subsequentes	77
12.6. Mapas Orçamentais	78
12.6.1. Demonstração do desempenho orçamental	79
12.6.2. Demonstração da Execução Orçamental da Receita	82
12.6.3. Demonstração da Execução Orçamental da Despesa	85
12.6.4. Alterações Orçamentais da Receita	88
12.6.5. Alterações Orçamentais da Despesa	91
13. Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas	94

1. Introdução

De acordo com as disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade “ILHAS DE VALOR, S.A.” referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2021.

1.1. Empresa – Informação Geral

Firma: A sociedade do tipo comercial, com o capital social representado por ações tem a denominação – “ILHAS DE VALOR, S.A”.

Data da sua constituição: 29 de dezembro de 2005.

Sede: Rua Dr. Luís Bettencourt, n.º 86 – 1.º Andar – 9580-529 Vila do Porto

Capital Social: 9.000.000,00 €.

O capital social encontra-se totalmente realizado e registado.

Participação no Capital Social:

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,56%	4.550.000,00 €
Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00 €

Matrícula na C.R.C. de Vila do Porto: 00152/060120

N.I.P.C.: 512 093 601

Objeto social:

1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:

a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;

b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;

c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;

d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.

3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:

a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;

b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;

c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;

d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

C.A.E.: 55111 – HOTÉIS COM RESTAURANTE.

C.A.E. Secundário – 93110, 91020 e 70220.

1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

1 – Mesa da Assembleia-Geral:

Vice-Presidente: Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

Secretária: Vera Cristina Pereira Sousa

2 – Conselho de Administração:

Presidente: Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Vogal Executivo: Diana Rosa Ávila Valadão

Vogal Executivo: Alberto da Silva Costa

3 – Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único – Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Fiscal Suplente – Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319).

Os Órgãos Sociais são os eleitos em dezembro de 2017, com a composição e aprovação dos respetivos montantes das remunerações em Ata de Assembleia Geral n.º 88, de 15 de dezembro de 2017.

As respetivas remunerações têm sido objeto de aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e de acordo com o previsto nos subsequentes Diplomas de aprovação da Lei do Orçamento de Estado. Assim, e nos termos da alínea i) do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A (Regime do Setor Público Empresarial da RAA) o montante das Remunerações pagas aos membros do órgão de gestão e administração correspondeu a 144.658,92 € em 2021.

Os membros da Mesa da Assembleia-Geral, não recebem qualquer remuneração pelo desempenho das respetivas funções.

O Órgão de Fiscalização para exercer as funções de fiscal único efetivo, é a sociedade Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, com sede na Rua Dr. Caetano de Andrade n.º 5-2.º Centro, em Ponta Delgada, representada pelo Sr. Dr. Duarte Félix Tavares Giesta (ROC) n.º 520; e para suplente a sociedade Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319). Este órgão é remunerado de acordo com a tabela da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sendo que durante o exercício de 2021 correspondeu ao montante de 9.600,00 €.

Não existe qualquer plano complementar de reforma para o Conselho de Administração.

Os **principais elementos curriculares e funções** exercidas por cada membro do Conselho de Administração, e de acordo com a alínea c) do artigo 16.º do mesmo Decreto Legislativo Regional, são os seguintes:

Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves, nascida a 26/09/1973 na freguesia e concelho de Vila do Porto, licenciada em Organização e Gestão de Empresas em 1996, pertencente ao quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila do Porto, desde 1 de abril de 2003 com a carreira/categoria de Técnico Superior em relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. Encontra-se requisitada em regime de comissão de serviço desde 15/02/2006 a exercer as atuais funções de Presidente do Conselho de Administração na Ilhas de Valor, S.A..

Possui o Curso de “Formação Pedagógica de Formadores” e é Contabilista Certificada, como Membro N.º 35447 inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1997.

Para além das funções presentes já desempenhou as abaixo mencionadas:

- Vogal Administrativa do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto, desempenhando as funções de Gestão Administrativa e Financeira com responsabilidade na elaboração de Orçamentos, Contas de Gerência, Inventários e procedimentos relativos à Aquisição de Bens e Serviços, à Gestão de Tesouraria, Gestão de Pessoal e Serviços Administrativos de Apoio, no período de 1 de abril de 1998 a 31 de março de 2003.

- Técnica do Grupo de Ação Local da ARDE (Associação Regional de Desenvolvimento Local) entidade gestora do programa comunitário LEADER, no período de 1997/1998.

- Professora de matemática na Escola Básica e Secundária de Vila do Porto nos anos letivos 1995/1997.

Diana Rosa Ávila Valadão, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 1 de julho de 2009.

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;

- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;

- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Desde 08 de novembro de 2012 é Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Alberto da Silva Costa, nascido a 20/08/1956 em Angra do Heroísmo, com a frequência da Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce as funções para as quais foi confiado como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 09 de abril de 2013.

- Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto de 1983 a 1985;

- Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1985 a 1992;

- Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto de 01 de novembro de 1992 até 28 de outubro de 2005;
- De outubro de 2005 a novembro de 2008, foi Deputado Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto de 10 de janeiro de 2009 a maio de 2010.

Todos os membros do Conselho de Administração exercem as diversas funções de Gestão de caráter geral não especificadas, praticando e partilhando os demais atos, com exceção do seguinte: na empresa participada Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda, a Vogal deste Conselho de Administração, Diana Rosa Ávila Valadão exerce funções de Gerente.

Nos termos da alínea h) do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º7/2008/A (Regime do setor público empresarial da RAA), o Conselho de Administração da Ilhas de Valor, S.A., reuniu ao longo de 2021 a fim de tratar das questões inerentes ao exercício das atividades para a qual foi criada, nomeadamente para apreciar e decidir sobre os diversos assuntos no âmbito da atividade desenvolvida, contratação de empreitadas e fornecimento de bens e serviços, de pessoal e de financiamentos.

2. Nota Introdutória

O início de 2021 foi fustigado pela 3.ª vaga da Pandemia Covid-19, considerada a mais grave da Europa e do Mundo.

Os Açores foram extremamente assolados com esta nova vaga, tendo sido tomadas medidas urgentes e extraordinárias, com o objetivo de limitar a propagação da pandemia e proteger a saúde pública. A partir de março iniciou-se o plano de desconfinamento lento e gradual.

Contudo, a economia começou a recuperar desta crise, olhando com mais confiança para o futuro, sendo esta confiança reforçada com o processo de vacinação contra a Covid-19.

Face a este enquadramento, a Ilhas de Valor S.A., acompanhou em permanência a evolução da Pandemia do Coronavírus, dando cumprimento ao regulamentado pelas entidades

competentes, tendo desde o início da pandemia sido implementado, o plano de contingência, procurando garantir a segurança dos seus trabalhadores, clientes, fornecedores e restantes agentes que se relacionam com a Empresa, bem como para garantir a sustentabilidade da mesma.

O Plano de Atividades para 2021, depois de um ano atípico marcado pela Pandemia apresentou um conjunto de atividades com as quais se pretendeu convergir para o cumprimento da missão e prossecução dos objetivos estratégicos cometidos à Ilhas de Valor S.A., num contexto de natural crescimento e expansão.

De facto na área do turismo os Açores registaram 1,9 milhões de dormidas turísticas em 2021, que superaram 2020, mas que ficaram abaixo de 2019.

A prática de Golfe teve um aumento de atividade, mas ainda abaixo de 2019.

Promoveu-se, através da inovação e meios digitais em regime híbrido formação com a realização do 1.º Programa de Aceleração Incuba+ Santa Maria com empreendedores presencialmente nas instalações da Incubadora, evento dedicado às empresas, à inovação e ao empreendedorismo, com o qual se pretendeu apresentar projetos inovadores, partilhar conhecimento e impulsionar a competitividade do tecido empresarial.

Durante o ano promoveu-se uma intensa ação de mentoria e formação e um conjunto de atividades realizadas na Incubadora de Empresas envolvendo a comunidade mariense.

Participou-se ainda em “webinares”, com entidades nacionais, tais como o Instituto Pedro Nunes, no âmbito da ESA-BIC nos Açores, Portugal Space assim como IAPMEI, Fibrenamics, Territórios Criativos, INUAC, Startup Albufeira entre outras.

A Ilhas de Valor S.A., iniciou um processo para ser uma entidade de referência na prática de uma gestão sustentável, pelo que ao longo de 2021 implementou medidas que pretendem atuar na mudança de comportamento, não só no respeitante ao funcionamento das infraestruturas e dos prestadores de serviços, como no próprio trabalho a ser desenvolvido diariamente pelos membros da Empresa.

As atividades desenvolvidas ao longo de 2021 recentraram as linhas orientadoras que devem presidir ao trabalho a efetuar pela Ilhas de Valor S.A., constituindo-se como uma

referência essencial, na programação e execução das diversas atribuições cometidas a esta entidade.

Reforçou-se assim o papel que a Ilhas de Valor S.A., desempenha nos Açores e em muito particular nas ilhas da Coesão uma vez que só assim é possível manter os investimentos atuais em ilhas que de outra maneira não teriam capacidade de investimento privado em áreas tão importantes como por exemplo o turismo.

3. Relatório de Atividades de 2021

A geografia dos Açores impõe políticas conducentes ao desenvolvimento e orientadas no sentido do crescimento equilibrado, pelo que as assimetrias existentes são corrigidas pela coesão territorial.

No âmbito da ação da Ilhas de Valor S.A., no pressuposto que se impõe políticas conducentes ao desenvolvimento harmónico regional e orientadas no sentido do crescimento equilibrado, os objetivos têm sido de potenciar a criação de parcerias com o setor privado, em atividades consideradas essenciais para as economias locais.

Em 2021 a empresa Ilhas de Valor, S.A., sociedade anónima de capitais públicos, deu cumprimento às metas traçadas nos principais domínios da atividade, nomeadamente os relacionados com a promoção da Incubadora de Empresas de Santa Maria, manutenção dos Hotéis da Graciosa e Flores, o desenvolvimento e consolidação da atividade do golfe nos Açores, propondo-se concluir algumas das atividades que estão em curso e proceder ao arranque de novos projetos.

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão foi transferido para a Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital, gestão que era exercida pela empresa pública Ilhas de Valor S.A., assim como o respetivo acervo museológico e trabalhadores.

Fruto da natureza da sua atividade, a Ilhas de Valor S.A., é a entidade gestora das linhas de crédito para apoio a empresas e promotora do desenvolvimento regional e empresarial, sendo que também obtém receitas essencialmente relacionadas com a atividade do golfe e da Incubadora de Empresas, sendo a maioria financiadas através de Contrato-Programa.

3.1. Santa Maria

3.1.1. Património transferido do Estado para a Região Autónoma dos Açores

No âmbito do Património transferido do Estado para a Região Autónoma dos Açores na ilha de Santa Maria, atividade que tem vindo a ser desenvolvida pela Ilhas de Valor S.A., desde a sua receção em 2013, que procedeu ao levantamento e registo dos terrenos e habitações, procedeu aos loteamentos seguindo a metodologia da manutenção dos antigos Bairros do Aeroporto com a criação de um regulamento para a venda de habitações.

Em 2020 foi decidido transferir o Parque Habitacional do Aeroporto incluído no património transferido, para os serviços de Habitação local.

Relativamente ao restante património manteve-se trabalhos de limpeza e melhoramento no Lugar do Aeroporto, procedendo a intervenções nos espaços públicos, assim como limpeza, corte e aplicação de herbicidas nas zonas verdes envolventes.

3.1.2. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (Incuba+)

No decorrer do primeiro semestre de 2021 terminou o prazo de pré-Incubação das empresas que estão instaladas na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (Incuba+).

Na avaliação do trabalho desenvolvido por cada empresa individualmente, conclui-se que alguns dos empreendedores não tinham condições de passar à seguinte etapa de Incubação.

No quadro abaixo transcreve-se a situação relativa a 31/12/2021:

EMPREENDEDOR	PROJETO
Outro Mundo, Atividades de Animação Turística e Restauração, Lda	Cervejeira "A Nossa"
Daniel Filipe Raposo Andrade	Cantinho das Aromáticas
Rosa Maria Sousa Cabral	A Cagarrita
Henrique Manuel Andrade Sousa	Raízes
Maria Filomena de Sousa Cabral	Salão de Cabeleireiro
Vanessa Filipa Neves Esteves	Vavi-Atelier de Costura
Sónia de Jesus Costa Sousa Braga	Psicologia da Educação
Gualter Travassos Perinho	Programador Açoriano
Joana Margarida Sousa Coelho	Nail Artist-Gabinete Manicure/Pedicure
Joana Raquel Rodrigues Vertentes	JV Engenharia e Projeto
Vera Neuza Reis Travassos	Serena Mente
Catarina Isabel Vieitas da Mota Âmbar	Nuno Sá Fotografia e Vídeo, Unipessoal Lda
Nuno Sequeira Correia de Sá	Cooperativa de Artesanato de Santa Maria C.R.L.
Cooperativa de Artesanato de Santa Maria C.R.L.	West Coast Films, Unipessoal Lda
Virgílio de Oliveira Ferreira	SPA Atlis
Saul David Gonçalves Neves	Era Uma Vez nos Açores, Lda
Iva Maria Fontes Sousa	Maia, Teves & Almeida, Lda
Paulo Alexandre Dias Caetano (Lisbon Ventures)	Mascote Ilha Amarela, Unipessoal Lda
Rodrigo Maia Barcelos da Silva	Atum do Bum
Ana Carolina Teves Valente	Atelier d`Arte
Isa Alves de Almeida	Azores Playground
Ana Isabel Chaves Tavares	"Atlantic Spaceport Consortium, Lda" ("Optimal Structural Solutions, Lda" + "IlexSpace, Lda")
Luís Filipe Braga Botelho	
Diana Almeida Sousa	
Soraia Dilianna Ferreira Costa	
António Manuel Goulão Amoroso Reis	
Bruno Jorge Guerreiro Lopes de Carvalho	
Incubação Física 12	Indústrias 9 (Criativas 3/Produção Alimentar 6)
Incubação Virtual 10	Serviços 13
Total 22 Projetos	

Tabela 1 – Empreendedores/Projetos existentes na Incuba+ em 31/12/2021

O total de 22 projetos subdivididos na modalidade de incubação física com 12 projetos e na incubação virtual com 10 projetos.

A Incuba+ Santa Maria promoveu uma série de atividades de formação dirigida aos técnicos de Incubação e aos Empreendedores com o objetivo de criar oportunidades, acompanhar empreendedores e empresas na operacionalização das suas estratégias de inovação e de reforço da competitividade, assim como também com a envolvimento da comunidade empresarial mariense.

3.1.3. Iniciativas Promotoras do Empreendedorismo

Associado ao investimento na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, no ano de 2021 realizaram-se as seguintes atividades:

Eventos / Formações / Atividades	Entidade Promotora
1º Aniversário Incuba+ "Bootcamp de Empreendedorismo", Programas de <u>Aceleração e Formação</u>	INCUBA + em colaboração com Territórios Criativos
Workshop de Cuidados de Pele e Maquilhagem	Gabinete de Estética Joana Moreira
3D Print Meeting	Expolab-Centro Ciência Viva
Formação de Informática / Microsoft Office	INCUBA + em colaboração com AJISM (Associação Juvenil da Ilha de Santa Maria)
Mostra e Showcooking de Produtos Marienses	Associação Agrícola de Santa Maria Agromariensecoop
Showcooking em Santa Maria Bio Açores 2021	Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
Projeto Oficinas da Parentalidade Positiva	Instituto da Segurança Social dos Açores, ISSA IPRA
Projeto Residências Artísticas 9 x 9	Arquipélago-Centro de Artes Contemporâneas
Reunião de Trabalho Bensaúde	Grupo Bensaúde
Formação em Medidas de Autoproteção da Incubadora de Empresas de Santa Maria	INCUBA+ em colaboração com Valeska & Rosa Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho, Lda. (Eng ^a Valeska Ávila)
Ação de Sensibilização	Salvaterra Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense
Noite Europeia dos Investigadores	Expolab-Centro de Ciência Viva (Projeto REGGAE-Researchers for European Green Growth and Education)
Webinar Gastronomia Regional	RTP Açores
Workshop de Estratégia Empresarial	INCUBA+ em colaboração com SimplyPro
Seminário Carne e Leite de pequenos Ruminantes	Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
Sessão Esclarecimento - Incentivos e Apoio a Empresas	INCUBA+ em colaboração CH Consulting S.A.
Ação de Formação - Infância	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto
Natal na Incubadora	INCUBA+ em colaboração com os Empreendedores e aberto à Comunidade

Tabela 2 – Eventos realizados na Incuba+ em 2021

A formação aos empreendedores, visou a promoção e fomento do empreendedorismo em geral, tornando as empresas promotoras de emprego e de criação de riqueza, com a criação de novos negócios e atividades.

Com estas ações pretende-se captar investidores e novos empreendedores para a Incubadora de Empresas.

3.1.4. **Trabalhos realizados**

Ao longo do ano 2021 foram executados alguns investimentos e trabalhos de melhoramento das condições na Incubadora de Empresas (Incuba + Santa Maria) nomeadamente extensão pedonal à volta do edifício, aquisição de suportes para os contentores de resíduos, aquisição de estantes e prateleiras, aquisição dos Totens com identificação das empresas instaladas na Incuba +, aquisição de mobiliário para as copas, entre outros.



Imagem 1 - Alguns dos trabalhos realizados na Incuba + (Extensão pedonal)

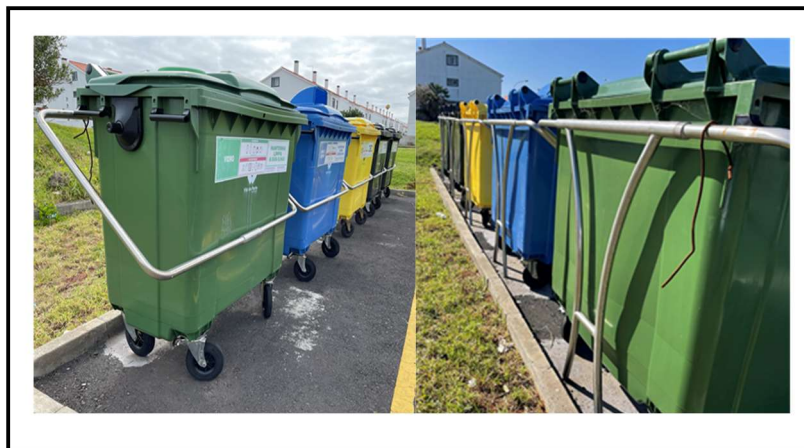


Imagem 2 - Alguns trabalhos realizados na Incuba+ em 2021 (aquisição de estrutura para contentores)



Imagem 3 - Totens com identificação das empresas instaladas na Incuba+

3.1.5. Investimentos na Incubadora de Empresas

Abaixo apresenta-se uma tabela resumo dos investimentos realizados na Incubadora de Empresas durante o ano 2021:

Investimento	Executado
<i>Equipamentos Incubadora</i>	13 160,18 €
<i>Intervenções melhoramentos em infra-estruturas, tendo em vista a melhoria das condições de instalação de empreendedores e serviços</i>	31 332,90 €
Total	44 493,08 €

Tabela 3 - Valor dos investimentos realizados durante o ano 2021 na Incubadora de Empresas de Santa Maria

3.1.6. Edifício Comercial “A Cantina”

O Lugar do Aeroporto de Santa Maria tem uma Zona Comercial, situada entre o Atlântida Cine e a Igreja do Aeroporto. Estas infraestruturas conhecidas como o edifício "A Cantina", datam da década de 40 do século XX.

Conforme proposto no Plano de atividades de 2021 realizou-se um estudo prévio, para a realização de obras de remodelação do edifício, que é composto por um estabelecimento de venda de bens a retalho, espaços com atividades diversas, a saber, veterinário, snack-bar e outros serviços.

Para o projeto e obra, atendendo a que os regulamentos dos fundos comunitários experimentam atrasos aguarda-se quanto aos eixos que vão ser contemplados e a viabilidade desta candidatura aos mesmos.

3.2. Graciosa

3.2.1. Hotel da Graciosa

O Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas, tem um contrato de cessão de exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009.

Tomando em consideração o desenvolvimento do turismo na ilha, esta infraestrutura contribui seguramente e positivamente no seu desenvolvimento socioeconómico, que encontra nesta atividade um dos pilares de desenvolvimento que está apostada em prosseguir.

A ilha Graciosa em 2021 teve uma maior procura de turistas, mas ainda não comparável ao ano de 2019.

Taxa de Ocupação na Hotelaria Tradicional por mês na ilha Graciosa													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
GRACIOSA 2019	12,5	30,7	25,8	25	24,9	29,8	38,9	43,8	32	20,8	16,3	5,1	25,4
GRACIOSA 2021	2	7,1	7,9	11,6	23,8	31,7	37,2	65,8	37	19,4	11,8	11,1	22,3

Tabela 4 - Taxa de ocupação na Hotelaria Tradicional por mês na ilha Graciosa (comparativo 2019 para 2021).

Fonte: SREA – Açores



Imagem 4 - Hotel da Graciosa

Foi mantido o acompanhamento e apoio ao Hotel da Graciosa, de acordo com o Contrato de Concessão.

Foram executadas intervenções na piscina com vista à correção e prevenção de derrames.

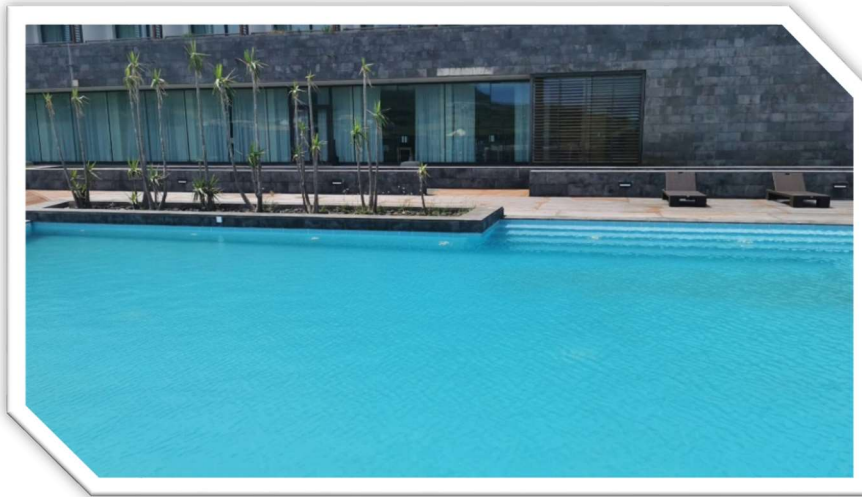


Imagem 5 - Reparação da piscina do Hotel da Graciosa



Imagem 6 - Reparação da piscina do Hotel da Graciosa

Adquiriu-se unidade exterior de ar condicionado, atendendo a avaria detetada num circuito, sendo que após levantamento de todo os sistemas de climatização foram detetadas outras anomalias, tendo sido iniciado o procedimento para substituição de mais 6 unidades exteriores de ar condicionado, 17 ventiladores e reparação do sistema de AQS, que se prevê a sua instalação no primeiro semestre de 2022.



Imagem 7 - Unidade exterior de ar condicionado

Iniciaram-se também procedimentos para aquisição de diversos equipamentos para a lavandaria e cozinha e procedeu-se a adjudicação de novo sistema de fechaduras eletrónicas para as portas de todos os quartos do Hotel.

3.3. Flores

3.3.1. Hotel das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a Concessão da Exploração do Hotel com a Fundação INATEL, tendo procedido ao acompanhamento e apoio.

Esta infraestrutura turística é importante na atividade deste sector nas Flores, tendo-se verificado uma evolução muito positiva na ocupação em dormidas e conseqüentemente nos respetivos Resultados de Exploração.

Taxa de Ocupação na Hotelaria Tradicional por mês na ilha das Flores													
FLORES 2019	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
	8,7	17	21	24,3	35,9	40,9	55,3	60,3	51,8	28,8	17,3	9	32,1
FLORES 2021	6,3	6,1	10,6	20,3	27,6	55,3	63,7	65,5	60,3	42,4	16,3	14,8	33,1

Tabela 5 - Taxa de ocupação na Hotelaria Tradicional por mês na ilha das Flores

Fonte: SREA – Açores

A intervenção na cobertura foi objeto de uma avaliação técnica para verificação das várias possibilidades, tendo-se concluído que, a intervenção programada seria uma solução com telhas de zinco, a qual aguarda avaliação técnica devido ao histórico do existente e porque o Hotel está muito próximo do mar, carecendo de melhor fixação.

Está a decorrer um estudo para validação desta solução arquitetónica.

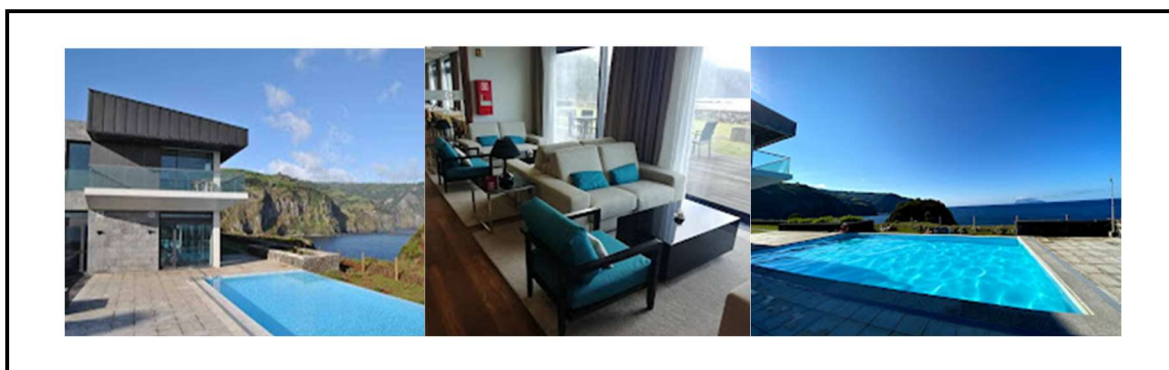


Imagem 8 - Hotel das Flores

3.3.2. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão

A 2 de Agosto, e por força do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio, a antiga Fábrica da Baleia do Boqueirão, sita em Santa Cruz das Flores, bem como o seu acervo museológico e todo o equipamento que a integra, foi transferida, do património da empresa pública regional Ilhas de Valor S.A., para o património da Região Autónoma dos Açores, assim como os bens móveis nos termos do previsto no n.º 3 do mesmo artigo e respetivos trabalhadores.

Concretizada esta transferência este património passou a constituir um núcleo do Museu das Flores, integrando a Rede Regional de Museus.

3.4. São Jorge

3.4.1. Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo

Em maio de 2019 foi celebrado um Contrato de Cedência de Exploração entre a Região Autónoma dos Açores, a Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda e a sociedade PJA - Pousadas de Juventude dos Açores, S.A., em substituição ao Contrato de Cessão de Exploração celebrado em julho do ano de 2011, atendendo a que o anterior modelo de exploração se encontrava desajustado dos objetivos definidos pelo Governo Regional, conforme a Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2019 de 2 de abril de 2019.

Em 2020, devido à situação pandémica as instalações da Pousada da Caldeira de Santo Cristo só estiveram em funcionamento de julho a outubro, sendo que não se prevê qualquer receita da componente variável em 2021, prevista ao abrigo do contrato celebrado.

Em 2021, existiu uma maior procura desta unidade de alojamento turístico, no entanto só após o encerramento do exercício de 2021, esse valor será devidamente apurado.

Prevê-se assim que em anos subsequentes será faturado 50% do valor da componente fixa, seguindo-se o pagamento na íntegra desta componente.

3.5. Resumo dos Investimentos em Santa Maria e Graciosa

Investimento	Executado
<i>SANTA MARIA</i>	49 827, 19 €
<i>GRACIOSA</i>	21 447, 43 €
<i>Total</i>	71 274, 62 €

Tabela 6 - Valor dos investimentos em Santa Maria e Graciosa

3.6. Campos de Golfe de São Miguel

A empresa Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 assumiu a exploração dos campos de golfe da Batalha e das Furnas, na ilha de São Miguel, nos termos do contrato de cedência com a Verdegolf S.A..

A empresa Ilhas de Valor, S.A., adquiriu em 2019 os campos de golfe da Batalha e das Furnas, na ilha de São Miguel.

Ao longo de 2021, existiu uma evolução positiva, quer a nível do número de voltas quer a nível de faturação dos clientes de golfe (operadores, agentes, walk ins / reservas diretas, torneios, utilizadores locais), comparativamente ao ano de 2020, embora ainda longe dos anos 2018/19, no que toca ao segmento do Turismo. Segundo a OMS só voltaremos aos números de 2019 por volta de 2024, com a retoma da normalidade das rotas das companhias aéreas.

Em 2021 destacamos a vinda de muitos grupos de golfistas alemães, tendo sido este o mercado mais representativo a nível de voltas, seguindo-se o mercado Português e o Dinamarquês.

2021		Real 2021											ACUMULADO Dezembro 2021	Comparação 2021-2020			
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		Dez	Dezembro 2020	Acumulado Dezembro	Desvio Acumulado
Operadores Turísticos		1	0	0	3	18	67	32	75	66	438	77	0	777	8	502	55%
Torneios		19	174	209	4	27	50	46	11	71	43	30	17	701	132	962	-27%
Golfistas Federados(25003)		2	20	73	13	1	3	9	14	7	27	0	4	173	0	44	293%
Convidados(25018)(25019)		1	5	13	4	9	16	14	56	22	27	7	16	190	7	146	30%
Visitantes (Walk ons)(25001)		15	12	11	8	25	99	155	270	115	427	50	32	1 219	2	667	83%
Membros isentos green fee		329	815	1 166	1 322	1 209	1 084	1 366	1 068	772	663	261	639	10 694	43	8 532	25%
Membros(25007)(25008)(25009)		96	114	172	98	183	157	121	264	97	131	714	90	2 237	149	1 486	51%
Cortesia		20	0	0	0	0	2	0	0	0	60	2	4	88	0	0	0%
TOTAL		483	1 140	1 644	1 452	1 472	1 478	1 743	1 758	1 150	1 816	1 141	802	15 991	341	12 339	30%
RECEITAS GREENFEES		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL			
Operadores Turísticos		64 €	0 €	0 €	232 €	700 €	3 871 €	1 960 €	5 118 €	5 339 €	17 371 €	4 661 €	0 €	39 317 €	784 €	21 580 €	82%
Torneios		75 €	904 €	1 156 €	34 €	118 €	565 €	301 €	72 €	373 €	372 €	167 €	109 €	4 246 €	623 €	5 390 €	-21%
Golfistas Federados(25003)		68 €	610 €	2 398 €	322 €	25 €	102 €	310 €	474 €	224 €	897 €	0 €	129 €	5 560 €	0 €	1 914 €	191%
Convidados(25018)(25019)		34 €	169 €	398 €	101 €	246 €	525 €	414 €	1 802 €	664 €	853 €	198 €	487 €	5 893 €	203 €	4 178 €	41%
Visitantes (Walk ons)(25001)		636 €	431 €	650 €	293 €	1 540 €	4 101 €	10 137 €	14 951 €	8 183 €	16 367 €	3 800 €	2 145 €	63 232 €	87 €	23 353 €	171%
Membros isentos green fees		41 125 €	858 €	0 €	31 277 €	2 045 €	1 160 €	35 743 €	2 179 €	692 €	33 852 €	1 496 €	336 €	150 762 €	266 €	116 748 €	29%
Membros		917 €	1 843 €	2 937 €	2 629 €	2 644 €	2 303 €	1 101 €	2 559 €	832 €	1 172 €	1 024 €	990 €	20 952 €	1 292 €	14 162 €	48%
Cortesia		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0%
TOTAL		42 919 €	4 816 €	7 541 €	34 888 €	7 318 €	12 627 €	49 966 €	27 155 €	16 307 €	70 884 €	11 346 €	4 196 €	289 962 €	3 255 €	187 325 €	55%
GREEN FEE MÉDIO (sem IVA)		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Green Fee Médio			
Operadores Turísticos (b)		64,4 €	0	0	77,3 €	38,9 €	57,8 €	61,2 €	68,2 €	80,9 €	39,7 €	60,5 €	0	50,6 €	98,0 €	43,0 €	18%
torneios		4,0 €	5,2 €	5,5 €	8,5 €	4,4 €	11,3 €	6,5 €	6,5 €	5,2 €	8,7 €	5,6 €	6,4 €	6,1 €	4,7 €	5,6 €	8%
Golfistas Federados		33,9 €	30,5 €	32,9 €	24,8 €	25,4 €	33,9 €	34,5 €	33,9 €	32,0 €	33,2 €	0	32,3 €	32,1 €		43,5 €	-26%
Convidados		33,9 €	33,9 €	30,6 €	25,4 €	27,3 €	32,8 €	29,6 €	32,2 €	30,2 €	31,6 €	28,3 €	30,4 €	31,0 €	29,1 €	28,6 €	8%
Visitantes (Walk ons)		42,4 €	35,9 €	59,1 €	36,6 €	61,6 €	41,4 €	65,4 €	55,4 €	71,2 €	38,3 €	76,0 €	67,0 €	51,9 €	43,5 €	35,0 €	48%
Membros isentos green fees		125,0 €	1,1 €	0,0 €	23,7 €	1,7 €	1,1 €	26,2 €	2,0 €	0,9 €	51,1 €	5,7 €	0,5 €	14,1 €	6,2 €	13,7 €	3%
Membros		9,6 €	16,2 €	17,1 €	26,8 €	14,4 €	14,7 €	9,1 €	9,7 €	8,6 €	8,9 €	1,4 €	11,0 €	9,4 €	8,7 €	9,5 €	-2%
Cortesia		0,0 €	0	0	0	0	0,0 €	0	0	0	0,0 €	0,0 €	0,0 €	0			0%
TOTAL		88,9 €	4,2 €	4,6 €	24,0 €	5,0 €	8,5 €	28,7 €	15,4 €	14,2 €	39,0 €	9,9 €	5,2 €	18,1 €	9,5 €	15,2 €	19%

Fonte:Programa Primavera

No final do ano de 2021, contamos com 341 utilizadores locais fidelizados nos dois campos, sendo este já um número bastante satisfatório. Podemos afirmar que a nível nacional serão dos campos de golfe com maior quantidade de clientes habituais.

ANOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
N.º Sócios / Utilizadores	296	316	331	331	338	341
Montantes Recebidos	132.201,00€	125.782,00€	133.068,00€	144.164,00€	130.910,00	171.714,00
Academia	36	36	42	38	32	38
Aulas (GPT +)	nd	nd	6 757,50 €	5 573,22 €	10 372,80 €	17 894,67 €

Fonte: valores com referência em dados do Primavera

Tabela 7 - Utilizadores fidelizados dos Campos de Golfe por anos

Foram inscritos durante o ano de 2021, através do programa Golfe para Todos, 70 jogadores, continuando a ser este um programa impulsionador para a prática da modalidade, migrando grande parte para utilizadores locais.

Nos dois campos de golfe, realizaram-se 39 torneios, sendo 30 referentes ao calendário de provas da Verdegolf Country Club, incluindo os torneios da Academia, Taça do Emigrante, Expresso BPI, torneio do Exército, torneio dos Arquitetos, 4 torneios da Academia organizados pela FPG e o PRO AM Azoren Golf Reisen.

3.6.1. Investimentos nos Campos de Golfe de São Miguel:

Relativamente a investimentos em equipamentos, durante o ano de 2021, destacam-se a aquisição de máquina de corte de roughs, máquina de corte de fairways, diversas máquinas de pequeno porte e algumas ferramentas necessárias para a manutenção de máquinas.



Imagem 9 - Máquina roughs



Imagem 10 - Máquina fairways

Para melhoramento das condições de jogo, bem como da oferta aos nossos clientes, para ambos os campos, destaca-se a aquisição de baterias e controladores para buggies de forma a ser possível estarem sempre disponíveis 35 buggies para aluguer (em 2021 gerou uma receita de cerca de 45.000,00 €), como também a encomenda de conjuntos de tacos e troleys de modo a disponibilizar para aluguer dos praticantes (receita em 2021 de cerca de 22.000,00 €). Investiu-se ainda em nova sinalética para os campos e em tapetes para driving range.



Imagem 11 – Buggies

De forma a melhorar as infraestruturas, foi iniciado o processo para aquisição de terreno onde está instalada a oficina no campo de Golfe da Batalha, prevendo-se a efetiva compra no início de 2022 tal como desenvolver os procedimentos formais para a concretização de obras no edifício onde são guardados os buggies e trolleys do campo de Golfe das Furnas.

A página de internet Azores Golf Islands, estando desatualizada, iniciou-se a sua atualização e melhoria, tendo sido também um investimento a considerar durante aquele ano para a promoção dos 3 campos de Golfe dos Açores.

Apesar do ano atípico 2021, muito devido à pandemia, às grandes restrições e mesmo ao enorme medo de viajar, nota-se que quem gosta de vir aos Açores, pelo seu cunho de bem receber, ultrapassa todos estes obstáculos, isto é notório nos golfistas que ano após ano voltam, verificando-se já alguma recuperação.

Em destaque, o mercado alemão, não tanto em reservas individuais – até porque estas são mais por impulso – mas em grupos.

CAMPOS DE GOLFE SÃO MIGUEL - INVESTIMENTO - 2021

Investimento	Executado
<i>Equipamentos Diversos</i>	119 202,66 €
<i>Outros Ativos Intangíveis - Website Azores Golf Islands - Golfe</i>	5 675,00 €
<i>Invest em Curso - Empreitada Garagem Carros Golfe BT</i>	2 600,00 €
Total	127 477,66 €

Tabela 8 - Valor dos investimentos nos Campos de Golfe São Miguel

3.7. Campo de Golfe da Terceira

A Ilhas de Valor, S.A., mantém um Contrato de Cessão de Exploração com o Clube de Golfe da Ilha Terceira desde 2016, única entidade responsável pelo fomento e prática de golfe naquela ilha e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores. Entende-se que o Golfe trata-se de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sejam integrados em eventos desportivos seja na prática individual. Considera-se vantajoso agregar a promoção e gestão concertadas do golfe a nível regional, designadamente a continuidade do incremento a marca «Azores Golf Islands».

Devido ao grande impacto pandémico no ano de 2020 tanto as receitas como as despesas de 2021 não podem ser analisadas entre estes 2 anos.

Embora o ano de 2021 ainda sobre os efeitos pandémicos que se viveu o valor das receitas ficou muito aquém dos valores faturados comparativamente com o ano de 2019.

A nível de jogadores federados no ano de 2021, houve um aumento de 4 jogadores relativamente a 2020, ano que devido à pandemia perdeu-se 10 jogadores, terminando o ano de 2021 com 290 jogadores federados.

No ano de 2021 foram inscritos 32 jovens na escola de golfe, mais 4 em relação ao ano anterior, o que demonstra o interesse dos jovens por esta modalidade.

Também em relação às escolinhas foi possível garantir mais um núcleo em relação ao ano anterior, neste momento com 8 núcleos de escolinhas do desporto, o que faz com que mais de 90 alunos tenham contato com a modalidade semanalmente.

Mesmo continuando uma época incerta, no ano de 2021 foram efetuados todos os torneios internos, com destaque para o Open da Ilha Terceira, prova do calendário nacional e as duas finais nacionais (expresso BPI e Golf Comunicação).

3.8. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo (RCG), a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

3.8.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2020	4.712.582,59
Montante Debitado em 2021	445,75
Montante em Dívida em 31/12/2021	400,51

3.8.2. Linha de Crédito Açores Investe II

Esta linha de apoio teve como beneficiários as empresas com sede na RAA, que desenvolvessem atividades enquadradas na lista de CAE's definida pela EGL, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 22 operações.

Montante Executado até 31/12/2020	11.003.842,34
Montante Debitado em 2021	21.597,61
Montante em Dívida em 31/12/2021	164.175,53

3.8.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Esta linha visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 23 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2020	11.384.584,61
Montante Debitado em 2021	52.911,96
Montante em Dívida em 31/12/2021	137.076,45

3.8.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Este apoio visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 35 operações, sendo que umas das quais ainda está ativa e beneficia da referida RCG. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, 46 empresas, estando 5 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376
Aprovadas	344	91,0%		
Desistências	24	6,3%		
Não aprovada	10	2,6%		
Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2020	8.703.049,96
Montante Debitado em 2021	41.752,43
Montante em Dívida em 31/12/2021	400.368,51

3.8.5. Medidas de Apoio ao Emprego

O Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). Esta medida foi aberta em agosto de 2013 e consistia num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 € (microempresas) e 100.000,00 € (pequenas e médias empresas). Foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 14 de dezembro de 2017.

Atualmente, a EGL está a gerir e a pagar bonificações de 14 candidaturas, ainda ativas, que beneficiaram do referido apoio.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2020	227.577,63
Montante Debitado em 2021	2.965,50
Montante em Dívida em 31/12/2021	19.320,42

4. Funcionamento e Financiamento da Atividade

Em 31 de dezembro de 2021, a empresa tinha uma responsabilidade no valor de 11.456.265,73 €, proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, celebrados com as instituições financeiras Novo Banco dos Açores; Santander Totta e Bankinter. Este montante é inferior ao ano anterior atendendo ao valor de amortizações efetuadas de 1.239.294,71 €, reduzindo assim a dívida bancária durante o ano de 2021.

Também estão incluídos os financiamentos resultantes dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).

A empresa Ilhas de Valor, S.A., não apresenta qualquer financiamento bancário de curto prazo no final de 2021.

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor, S.A., contou com um Contrato-Programa com a Região no âmbito da Coesão, para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa, do qual foi recebido o valor de 3.200.000,00 €, até 31 de dezembro de 2021.

5. Recursos Utilizados

5.1. Recursos Humanos

No final do exercício de 2021 totalizavam 10 trabalhadores afetos aos serviços da Ilhas de Valor, S.A. na ilha de Santa Maria, sendo que 9 são efetivos e 1 trabalhador em programa Estagiar.

A Ilhas de Valor, S.A., também contou com 72 trabalhadores afetos à exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, sendo que 68 são efetivos e 4 trabalhadores em programas Estagiar.

5.2. Recursos Técnico-Investimentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2021 foram ao nível do imobilizado e inclui essencialmente as rubricas de Edifícios e Outras Construções e de Equipamento Básico, totalizando o valor de 204.137,03 €. Destaca-se o investimento 124.587,41 € em equipamentos para os campos de golfe e o valor de 44.493,08 € em obras e equipamentos para a Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria.

Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 21.795.386,23 €.
- **Ativo intangível** – 4.256,25 €.

6. Situação Económica – Financeira

6.1. Situação Económica

6.1.1. Proveitos

Em 2021, verifica-se alguma recuperação das vendas e prestações de serviços, comparativamente ao ano de 2020. No entanto, ainda foi um ano fortemente afetado pelos efeitos negativos da pandemia Covid-19. Relativamente aos Subsídios à Exploração, esta conta reflete a proporção do Contrato Programa Coesão destinada a suportar as despesas correntes da sociedade, no valor total de 2.995.862,97 €.

6.1.2. Custos

Por outro lado, a empresa regista uma diminuição em fornecimentos e serviços durante 2021 quando comparado com o ano anterior, motivada pela diminuição dos encargos com trabalhos especializados. A rubrica de gastos com pessoal registou um ligeiro aumento, tendo em conta o aumento do período de funcionamento da empresa durante o ano.

6.1.3. Resultados

	31-Dez-21	31-Dez-20
Resultados operacionais	(781 459,61)	987 392,10
Resultados financeiros	(231 433,19)	(270 228,98)
Resultados antes de impostos	(1 012 892,80)	717 163,12
Resultado líquido do exercício	(883 262,64)	584 441,16

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado da empresa em 2021 é negativo, motivado exclusivamente pelo reconhecimento da transferência de património da Ilhas de Valor, S.A. para a administração direta da Região Autónoma dos Açores (Direção Regional da Cultura) da antiga Fábrica da Baleia do Boqueirão (Museu das Flores) a 31 de julho de 2021, conforme decisão do Governo Regional dos Açores através do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio. Nesta sequência, foi registado em doações do exercício o valor contabilístico dos ativos fixos tangíveis de 1.689.404,91 €, bem como o valor em existências de 16.105,97 €.

6.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa e/ou evolutiva no exercício de 2020 e 2021, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas do Património Líquido correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez financeira. Por outro lado, o seu Passivo Total é inferior comparativamente a anos anteriores, por via da amortização de capital de financiamentos bancários. Refira-se que a dívida da empresa é de longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

6.3. Dados Económico – Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar a redução do passivo da Ilhas de Valor, S.A..

	31-Dez-21	31-Dez-20
Total de Proveitos	3 696 319,43	3 746 490,26
Volume de Negócios	625 693,76	424 313,83
Resultados Financeiros	(231 433,19)	(270 228,98)
EBIT (Resultados Operacionais)	(781 459,61)	987 392,10
EBITDA (Cash-flow Operacional)	(301 960,81)	1 453 542,63
Resultados Antes de Impostos	(1 012 892,80)	717 163,12
Resultado Líquido do Exercício	(883 262,64)	584 441,16
Rendibilidade dos Capitais Próprios	(5,11%)	3,10%
Rendibilidade das Vendas	(141,17%)	137,74%
Liquidez Geral	169,95%	228,54%
Autonomia Financeira	57,25%	40,39%
Solvabilidade	133,89%	67,77%
Endividamento	42,75%	59,61%

Como se pode observar no quadro anterior, a empresa regista uma redução do seu nível de endividamento de cerca de 60% registado em 2020 para cerca de 43% registado em 2021. O grau de solvabilidade e autonomia financeira da empresa também registam níveis semelhantes ao ano anterior.

6.4. Indicadores Económico – Financeiros

	31-Dez-21	31-Dez-20
Rendibilidade operacional	(124,89%)	232,70%
Rendibilidade Financeira	(5,11%)	3,10%
Rendibilidade Económica	(2,93%)	1,25%
Grau de alavanca operacional	17,21%	(41,14%)
Grau de alavanca financeira	77,15%	137,68%
Grau de alavanca combinada	17,21%	(41,14%)
Grau de Cobertura de Imobilizado	63,49%	80,90%

7. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Tal como no ano de 2020, a pandemia de Covid-19, ainda teve um grande impacto na empresa, motivado pela redução significativa de turistas que visitaram os Açores, apesar de se ter verificado alguma retoma.

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2021 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

8. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

9. Perspetivas

Para ano de 2022 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os investimentos mais adequados, sem descurar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

* Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas, a fim de ser ponderada e estudada a possibilidade de a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

* Dinamizar um maior número de formações, workshops e webinars de forma a fornecer mais apoio aos nossos residentes na incubadora, bem como a todos os empresários que pretendam participar.

10. Agradecimentos

No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A., se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos nossos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

11. Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido negativo apurado no exercício económico de 2021 foi de (883.262,64) €, propondo o Conselho de Administração a seguinte aplicação:

- Transferir para Resultados Transitados o valor negativo do resultado do exercício, no valor negativo de 883.262,64 €.

Vila do Porto, 14 de abril de 2022

O Conselho de Administração

12. Contas

- ✓ BALANÇO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ✓ MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAL
- ✓ ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ✓ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MAPAS ORÇAMENTAIS

12.1. Balanço em 31 de dezembro de 2021

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis	6	21 795 386,23	23 894 284,71
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	7	4 256,25	-
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	482 066,73	511 565,65
Outros ativos financeiros		1 142,45	743,89
Ativos por impostos diferidos	9	134 985,47	-
Total dos Ativos Não Correntes		22 417 837,13	24 406 594,25
Inventários	10	50 367,62	62 091,61
Clientes	11	50 365,47	61 209,87
Estado e outros entes públicos	13	140 467,27	340 103,27
Outros créditos a receber	12	6 928 026,94	21 634 529,48
Diferimentos	14	187,63	182,92
Caixa e depósitos bancários	4	602 022,06	195 778,42
Total dos Ativos Correntes		7 771 436,99	22 293 895,57
TOTAL DO ATIVO		30 189 274,12	46 700 489,82
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Capital subscrito	16	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	17	805 000,00	775 000,00
Outras reservas			
Resultados transitados	15	6 819 938,58	7 014 128,49
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	18	1 540 343,18	1 490 747,25
Resultado líquido do período		(883 262,64)	584 441,16
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		17 282 019,12	18 864 316,90
PASSIVO			
Financiamentos obtidos	19	8 334 516,55	11 431 452,41
Outras dívidas a pagar	21	-	6 650 000,00
Total dos Passivos Não Correntes		8 334 516,55	18 081 452,41
Fornecedores	20	65 514,00	55 369,91
Estado e outros entes públicos	13	41 794,86	167 977,23
Financiamentos obtidos	19	3 121 749,18	1 264 108,03
Outras dívidas a pagar	21	1 343 680,41	8 267 265,34
Diferimentos		-	-
Total dos Passivos Correntes		4 572 738,45	9 754 720,51
TOTAL DO PASSIVO		12 907 255,00	27 836 172,92
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		30 189 274,12	46 700 489,82

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

12.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2021

Demonstração Individual dos Resultados por Natureza Período findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	22	625 693,76	424 313,83
Subsídios à exploração	23	2 995 862,97	2 973 441,09
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto:	8	(21 002,54)	(11 723,08)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(148 362,22)	(112 135,74)
Fornecimentos e serviços externos	24	(611 846,08)	(718 363,41)
Gastos com o pessoal	25	(1 441 369,66)	(1 394 775,12)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(7 901,62)	-
Outros rendimentos	26	74 762,70	348 735,34
Outros gastos	27	(1 767 798,12)	(55 950,28)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(301 960,81)	1 453 542,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(479 498,80)	(466 150,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(781 459,61)	987 392,10
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	28	(231 433,19)	(270 228,98)
Resultado antes de impostos		(1 012 892,80)	717 163,12
Imposto sobre o rendimento do período	30	129 630,16	(132 721,96)
Resultado líquido do período		(883 262,64)	584 441,16

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

Demonstração Individual dos Resultados por Funções
Período findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	625 693,76	424 313,83
Custo das vendas e serviços prestados	(760 208,30)	(830 499,15)
Resultado bruto	(134 514,54)	(406 185,32)
Outros rendimentos	3 070 625,67	3 322 176,43
Gastos de distribuição	-	-
Gastos administrativos	(3 717 570,74)	(1 928 599,01)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(781 459,61)	987 392,10
Gastos de financiamento (líquidos)	(231 433,19)	(270 228,98)
Resultado antes de impostos	(1 012 892,80)	717 163,12
Imposto sobre o rendimento do período	129 630,16	(132 721,96)
Resultado líquido do período	(883 262,64)	584 441,16

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

12.3. Movimentos ocorridos nas rubricas de capital

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Interesses minoritários	Total do património líquido
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total		
Posição no Início do Período 2020	1	9 000 000,00	720 000,00	-	6 061 154,08	1 604 352,06	1 066 727,24	18 452 233,38	-	18 452 233,38
Alterações no período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	55 000,00	-	952 974,41	(113 604,81)	(1 066 727,24)	(172 357,64)	-	(172 357,64)
	2	-	55 000,00	-	952 974,41	(113 604,81)	(1 066 727,24)	(172 357,64)	-	(172 357,64)
Resultado Líquido do Período	3						584 441,16	584 441,16	-	584 441,16
Resultado Integral	4=2+3						(482 286,08)	(482 286,08)	-	(482 286,08)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2020	6=1+2+3+5	9 000 000,00	775 000,00	-	7 014 128,49	1 490 747,25	584 441,16	18 864 316,90	-	18 864 316,90

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido - Exercício de 2021

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Interesses minoritários	Total do património líquido
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total		
Posição no Início do Período 2021	1	9 000 000,00	775 000,00	-	7 014 128,49	1 490 747,25	584 441,16	18 864 316,90	-	18 864 316,90
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	30 000,00	-	(194 189,91)	49 595,93	(584 441,16)	(699 035,14)	-	(699 035,14)
	2	-	30 000,00	-	(194 189,91)	49 595,93	(584 441,16)	(699 035,14)	-	(699 035,14)
Resultado Líquido do Período	3						(883 262,64)	(883 262,64)	-	(883 262,64)
Resultado Integral	4=2+3						(1 467 703,80)	(1 467 703,80)	-	(1 467 703,80)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2021	6=1+2+3+5	9 000 000,00	805 000,00	-	6 819 938,58	1 540 343,18	(883 262,64)	17 282 019,12	-	17 282 019,12

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

12.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto

	2021	2020
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	636 538,16	507 083,38
Pagamentos a fornecedores	(738 340,22)	(815 511,83)
Pagamentos ao pessoal	(1 441 369,66)	(1 394 775,12)
Caixa gerada pelas operações	(1 543 171,72)	(1 703 203,57)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3 466,04	(83 526,44)
Outros recebimentos/pagamentos	72 838,40	(668 029,46)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	(1 466 867,28)	(2 454 759,47)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(128 267,88)	(285 498,08)
Activos intangíveis	(5 675,00)	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
	(133 942,88)	(285 498,08)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	114 859,88	258 973,66
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
	114 859,88	258 973,66
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	(19 083,00)	(26 524,42)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	262 023,40	2 985 000,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	3 200 000,00	3 200 982,30
	3 462 023,40	6 185 982,30
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1 338 396,29)	(3 548 313,96)
Juros e gastos similares	(231 433,19)	(270 228,98)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	(1 569 829,48)	(3 818 542,94)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	1 892 193,92	2 367 439,36
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	406 243,64	(113 844,53)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	195 778,42	309 622,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	602 022,06	195 778,42

O Contabilista Certificado n.º 85270

A Administração

12.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício Económico de 2021

1. Identificação da Entidade

A Ilhas de Valor, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em 29 de dezembro de 2005, com a sua sede na Rua Dr. Luís Bettencourt 86 – 1.º Vila do Porto. A empresa tem por principal atividade o planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

A Ilhas de Valor, S.A. acompanha e executa políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Tem ainda como atividade, o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, a gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, a gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, a gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como o desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, com a venda de habitações.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os *International Accounting Standards* (“IAS”) emitidos pela *International Standards Committee* (“IASC”), os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e respectivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”) e *Standing Interpretation Committee* (“SIC”).

2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Ilhas de Valor, S.A. e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 12

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.3. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a sociedade, se foram efetivamente controlados e se o seu valor for mensurável com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.5. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja

classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.6. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.8. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos

e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

Imposto Corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei n.º 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto Diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na

data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

3.12. Benefícios aos empregados

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

3.13. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14. Subsídios e apoios do Governo

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela ILHAS DE VALOR são reconhecidos pelo seu justo valor, nomeadamente pelo valor fixado no contrato assinado entre as partes, e quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições

para a sua atribuição sejam cumpridas, e subseqüentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, mesmo período em que os gastos associados são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

No caso de subsídios mistos, como o caso do Contrato-programa Coesão atribuído anualmente pela RAA, é apurada a parcela destinada a investimento e registada na rubrica de Capital Próprio, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. A parcela destinada a apoio à exploração é reconhecida na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

3.15. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.16. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ilhas de Valor. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

3.18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.19. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.20. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.21. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte composição:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Caixa	1 588,96	1 124,91
Depósitos à ordem	600 433,10	194 653,51
	602 022,06	195 778,42

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2021								
Custo de aquisição	6 667 331,47	20 849 200,48	821 675,82	64 902,75	260 079,58	308 434,10	-	28 971 624,20
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 905 067,29)	(576 375,26)	(64 902,75)	(222 560,09)	(308 434,10)	-	(5 077 339,49)
Valor líquido	6 667 331,47	16 944 133,19	245 300,56	-	37 519,49	-	-	23 894 284,71
Movimento do exercício								
Adições	-	33 132,33	137 747,59	-	2 234,11	-	25 348,00	198 462,03
Alienações e abates	-	(1 953 751,69)	(230 268,58)	-	-	-	-	(2 184 020,27)
Transferências	-	(206 151,67)	215 301,75	-	(9 150,08)	-	-	-
Depreciação - período	-	(397 532,21)	(72 796,87)	-	(7 750,97)	-	-	(478 080,05)
Depreciação - alienações	-	334 427,98	21 351,10	-	8 960,73	-	-	364 739,81
	6 667 331,47	14 754 257,93	316 635,55	-	31 813,28	-	25 348,00	21 795 386,23
31 de dezembro de 2021								
Custo de aquisição	6 667 331,47	18 722 429,45	944 456,58	64 902,75	253 163,61	308 434,10	25 348,00	26 986 065,96
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 968 171,52)	(627 821,03)	(64 902,75)	(221 350,33)	(308 434,10)	-	(5 190 679,73)
Valor líquido	6 667 331,47	14 754 257,93	316 635,55	-	31 813,28	-	25 348,00	21 795 386,23

A principal variação nos ativos fixos tangíveis resume-se às rubricas de Edifícios e Outras Construções e de Equipamento Básico, totalizando o valor de 204.137,03 €. Destaca-se o investimento 124.587,41 € em equipamentos para os campos de golfe e o valor de 44.493,08 € em obras e equipamentos para a Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2020								
Custo de aquisição	6 667 331,47	18 720 987,94	646 707,71	64 902,75	229 364,87	308 434,10	1 995 726,79	28 633 455,63
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 488 083,29)	(534 869,83)	(64 902,75)	(214 898,99)	(308 434,10)	-	(4 611 188,96)
Valor líquido	6 667 331,47	15 232 904,65	111 837,88	-	14 465,88	-	1 995 726,79	24 022 266,67
Movimento do exercício								
Adições	-	120 004,92	174 968,11	-	30 714,71	-	12 480,83	338 168,57
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	2 008 207,62	-	-	-	-	(2 008 207,62)	-
Depreciação - período	-	(416 984,00)	(41 505,43)	-	(7 661,10)	-	-	(466 150,53)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
	6 667 331,47	16 944 133,19	245 300,56	-	37 519,49	-	-	23 894 284,71
31 de dezembro de 2020								
Custo de aquisição	6 667 331,47	20 849 200,48	821 675,82	64 902,75	260 079,58	308 434,10	-	28 971 624,20
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(3 905 067,29)	(576 375,26)	(64 902,75)	(222 560,09)	(308 434,10)	-	(5 077 339,49)
Valor líquido	6 667 331,47	16 944 133,19	245 300,56	-	37 519,49	-	-	23 894 284,71

7. Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “ativos intangíveis” apresentava a seguinte composição:

	Projetos de desenvolvimento	Software	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	TOTAL
A 1 de janeiro de 2021					
Custo de aquisição	-	-	383 991,32	-	383 991,32
Amortizações acumuladas	-	-	(383 991,32)	-	(383 991,32)
Valor líquido	-	-	-	-	-
Adições	-	-	5 675,00	-	5 675,00
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Amortização - período	-	-	(1 418,75)	-	(1 418,75)
Valor líquido	-	-	4 256,25	-	4 256,25
31 de dezembro de 2021					
Custo de aquisição	-	-	389 666,32	-	389 666,32
Amortizações acumuladas	-	-	(385 410,07)	-	(385 410,07)
Valor líquido	-	-	4 256,25	-	4 256,25

8. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o investimento em subsidiárias e associadas é como segue:

Descrição	Capital	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	840 423,28	60,87%	511 565,65

Descrição	Resultado	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	(19 259,20)	60,87%	11 723,08

Os quadros acima indicam os valores dos capitais próprios da empresa participada, a participação no capital da mesma, assim como o resultado obtido pela empresa, sendo ajustados na conta de Investimentos Financeiros, pelas variações nos capitais próprios, assim como a imputação como gasto dos resultados.

	Subsidiárias	Associadas	TOTAL
A 1 de janeiro de 2020	540 070,55	-	540 070,55
Ganhos/(Perdas)	(11 723,08)	-	(11 723,08)
Outros movimentos no Capital	(16 781,82)	-	(16 781,82)
Dividendos recebidos	-	-	-
31 de dezembro de 2020	511 565,65	-	511 565,65
Ganhos/(Perdas)	(21 002,54)	-	(21 002,54)
Outros movimentos no Capital	(8 496,38)	-	(8 496,38)
Dividendos recebidos	-	-	-
31 de dezembro de 2021	482 066,73	-	482 066,73

- A Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. contempla uma diminuição de 8.496,38 € pelos ajustamentos dos capitais, e uma diminuição em 21.002,54 € pelo ajustamento da imputação dos resultados de 2021, passando o seu valor de 511.565,65 € para 482.066,73 €.
- O valor da participação financeira era de 511.565,65 € em 2020, face aos ajustamentos em 2021 a participação financeira pelo método da equivalência patrimonial é de 482.066,73 €.

- Em 31 de dezembro de 2021 não existe qualquer montante registado a título de provisão para investimentos financeiros.

9. Ativos por impostos diferidos

O detalhe de ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Saldo em 01-Jan-21	Constituição		Reversão		Saldo em 31-Dez-21
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Activos por impostos diferidos						
Ajustamentos de inventários	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de clientes cob. duvidosas	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	134 985,47	-	-	-	134 985,47
Outros	-	-	-	-	-	-
	-	134 985,47	-	-	-	134 985,47
Passivos por impostos diferidos						
Ganhos tributados em períodos futuros	-	-	-	-	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Inventários	31-Dez-21	31-Dez-20
Mercadorias	50 367,62	45 572,59
Materias primas	-	16 519,02
	50 367,62	62 091,61
Imparidade de inventários	-	-
	50 367,62	62 091,61

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias- primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	16 519,02	45 572,59	62 091,61	50 219,90	17 888,22	68 108,12
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	81 341,29	55 296,94	136 638,23	41 915,63	64 203,60	106 119,23
Custo de vendas	(97 860,31)	(50 501,91)	(148 362,22)	(75 616,51)	(36 519,23)	(112 135,74)
Saldo final em 31 de Dezembro	-	50 367,62	50 367,62	16 519,02	45 572,59	62 091,61

As compras de mercadorias e matérias-primas estão relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe, bem como com o Museu da Fábrica da Baleia das Flores (até julho de 2021).

O custo dos inventários reconhecidos, em 2021, como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 148.362,22 € (em 2020: 112.135,74 €).

11. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	49 791,22	-	61 209,87
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	8 475,87	-	-
	-	58 267,09	-	61 209,87
Perdas por imparidade acumuladas	-	(7 901,62)	-	-
	-	50 365,47	-	61 209,87

Em 2021, dada a diferença, para os saldos correntes, entre os valores contabilísticos e o seu justo valor, foi constituída a seguinte imparidade para clientes de cobrança duvidosa:

Perdas por imparidades	31-Dez-21	31-Dez-20
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento	7 901,62	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	7 901,62	-

12. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como se segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda.	721 637,52	661 587,52
PO Açores 2020 (1)	-	221 122,77
Hotel Angrasol - Aval (2)	473 376,98	503 376,98
Fundo contragarantia 'Linhas Açores Investe e Açores Empresas	1 841 409,00	8 900 000,00
Linha Açores Investe I	164 175,53	289 244,97
Linha Açores Investe II	-	719 511,88
Linha Açores Empresas I	-	54 622,12
Linha Açores Empresas II	-	84 454,09
Linha Açores Empresas III	-	44 927,74
Linha Reestruturação I	400,51	191 037,99
Linha Reestruturação II	109 848,22	1 845 735,60
Linha Reestruturação III	400 368,51	667 812,31
Linha Açores Empresas I	-	40 472,55
Linha Açores Empresas II	-	51 888,84
Linha Açores Empresas III	-	5 631,95
Linha Empresas PVE (3)	3 170 262,02	7 094 928,02
Programa Estabilização do Emprego	19 320,42	16 742,28
Diversas Linhas	27 228,23	241 431,87
	6 928 026,94	21 634 529,48

- (1) Apoio ao investimento no âmbito do Programa Operacional Açores 2020 para a instalação da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no montante executado de 1.528.180,69 €. Em 2021, foi recebido o valor remanescente de 114.859,88 €.
- (2) Em 2010, no âmbito do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), a Ilhas de Valor, S.A. foi avalista de um contrato de financiamento de manifesto interesse regional concedido à empresa Angrasol – Hotelaria, Turismo e Comércio, S.A. no valor de 5.000.000,00 €, mediante a prestação de contragarantia por via da Hipoteca de dois prédios urbanos onde está edificado o Angra Marina Hotel. Entretanto, face à crise pandémica da Covid-19, a sociedade Angrasol, S.A. não cumpriu com o pagamento de 2 prestações bancárias previstas no plano de pagamentos do financiamento. Por conseguinte, a Ilhas de Valor, S.A., na qualidade de garante, pagou em outubro de 2020 o montante de 503.376,98 € à CEMAH – Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Nas contas da Ilhas de Valor, S.A., este valor foi considerado na rubrica de “Outros Créditos a Receber”, considerando a expectativa de recuperação da totalidade do valor pago,

quer pela devolução da própria empresa Angrasol, S.A., quer pela execução da referida hipoteca. Entretanto, foi aprovado um plano de pagamentos no valor de 10.000,00 €/mensal, tendo sido amortizado em 2021 o valor de 30.000,00 €.

- (3) No que se refere ao Programa de Valorização do Emprego (PVE), salienta-se que foi cedida, às empresas beneficiárias, a possibilidade de aderirem ao prazo complementar de reembolso de empréstimo, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 75/2020, de 24 de março.

O valor registado a 31 de dezembro de 2021 de 3.170.262,02 € revela-se significativamente inferior ao ano de 2020, tendo em conta que foram registadas diversas imparidades aos saldos das empresas devedoras, considerando situações de insolvência e/ou de cobrança duvidosa.

13. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Ativo		
Imposto s/ rendimento - IRC	103 239,00	239 427,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	37 228,27	100 676,27
Outros impostos e taxas	-	-
	140 467,27	340 103,27
Passivo		
Imposto s/ rendimento - IRC	5 355,31	132 722,04
Imposto s/ rendimento - IRS	8 168,55	8 150,16
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	-
Segurança Social/CGA	28 271,00	27 105,11
Outros impostos e taxas	-	-
	41 794,86	167 977,31

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Pagamentos por conta	(103 239,00)	(239 427,00)
Retenções na Fonte	-	-
Estimativa de IRC (Nota 30)	5 355,31	132 722,04
	(97 883,69)	(106 704,96)

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Ilhas de Valor, S.A. tem registado na rubrica Diferimentos – Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	31-Dez-21	31-Dez-20
Seguros e outros serviços	187,63	182,92
	187,63	182,92

15. Variações na rubrica de Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Património Líquido da empresa variou da seguinte forma:

	31-Dez-20	31-Dez-21	Variações
Capital	9 000 000,00	9 000 000,00	-
Reservas Legais	775 000,00	805 000,00	30 000,00
Resultados Transitados	7 014 128,49	6 819 938,58	(194 189,91)
Ajustamentos A. Financeiros	(8 247,94)	(16 744,32)	(8 496,38)
O. Variações Capital Próprio	1 498 995,19	1 557 087,50	58 092,31
Resultados	584 441,16	(883 262,64)	(1 467 703,80)
Total	18 864 316,90	17 282 019,12	(1 582 297,78)

Desta forma, o património líquido da empresa que era de 18.864.316,90 € em 2020 passa para 17.282.019,12 € em 2021.

16. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Ilhas de Valor, S.A., encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1 800 000 ações com o valor nominal de 5,00 € cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Nº de Ações	Capital Social
Capital	1 800 000	9 000 000,00
TOTAL	1 800 000	9 000 000,00

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

Acionistas	Nº de Ações	Valor Nominal	% Detida
Região Autónoma dos Açores	910 000	4 550 000,00	50,56%
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890 000	4 450 000,00	49,44%
TOTAL	1 800 000	9 000 000,00	100%

17. Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

18. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o património líquido da empresa variaram da seguinte forma:

	Ajustamentos em Ativos financeiros	Outras Variações no Património Líquido	TOTAL
A 1 de janeiro de 2020	8 533,88	1 595 818,18	1 604 352,06
Amortização de subsídio	-	(116 373,79)	(116 373,79)
Ajustamento por imposto	-	19 550,80	19 550,80
Ajustamento capital próprio subsidiária	(16 781,82)	-	(16 781,82)
31 de dezembro de 2020	(8 247,94)	1 498 995,19	1 490 747,25
Reconhecimento de subsídio	-	204 137,03	204 137,03
Amortização de subsídio	-	(180 388,97)	(180 388,97)
Ajustamento por imposto	-	34 344,25	34 344,25
Ajustamento capital próprio subsidiária	(8 496,38)	-	(8 496,38)
31 de dezembro de 2021	(16 744,32)	1 557 087,50	1 540 343,18

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no património líquido da subsidiária.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no património líquido pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Comparticipações comunitárias - Subsídios	1 825 424,97	1 801 676,91
Ajustamento por imposto (Nota 20)	(268 337,47)	(302 681,72)
	1 557 087,50	1 498 995,19

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 21).

19. Financiamentos Obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

Empréstimos Bancários	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Santander Totta - Flores	326 158,03	93 188,00	407 698,03	58 242,00
Santander Totta - Graciosa	432 751,79	123 643,36	540 939,83	77 277,00
Santander Totta - Geral	175 353,77	237 302,57	353 957,02	116 656,53
CEMAH	-	-	-	-
Novo Banco dos Açores (A)	2 025 000,00	675 000,00	2 700 000,00	-
Novo Banco dos Açores (B)	3 335 714,28	1 334 285,72	4 782 857,14	797 142,86
Bankinter	2 039 538,68	658 329,53	2 646 000,39	214 789,64
	8 334 516,55	3 121 749,18	11 431 452,41	1 264 108,03

Trata-se de financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os respetivos planos financeiros. Uma vez que a totalidade dos empréstimos são negociados a condições de mercado (a taxas de juro variáveis), o justo valor dos empréstimos é semelhante ao valor contabilístico dos mesmos.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval e por cartas conforto da Região Autónoma dos Açores.

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Fornecedores conta corrente	65 514,00	55 369,91
Fornecedores recepção e conferência	-	-
	65 514,00	55 369,91

21. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	31-Dez-21		31-Dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Imobilizado	-	90 014,71	-	14 145,56
Acréscimo Remunerações a Liquidar	-	195 247,85	-	188 847,96
Juros a Liquidar	-	67 121,84	-	50 776,33
Remunerações a Liquidar e Sindicato	-	102,13	-	63,61
Linhas Crédito Bancos	-	721 341,42	6 650 000,00	7 710 750,16
Ajustamentos em Subsídios	-	268 337,47	-	302 681,72
Outras contas a pagar	-	1 514,99	-	-
	-	1 343 680,41	6 650 000,00	8 267 265,34

Outras contas a pagar no valor de 352.486,53 € e outros credores no montante de 991.193,88 €, representam a totalidade de outras dívidas a pagar em corrente.

22. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-21			31-Dez-20		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	2 757,70	-	2 757,70	3 102,11	-	3 102,11
Vendas de produtos	67 452,90	-	67 452,90	46 238,62	-	46 238,62
Prestação de serviços	555 483,16	-	555 483,16	374 973,10	-	374 973,10
	625 693,76	-	625 693,76	424 313,83	-	424 313,83

Em 2021, verifica-se alguma recuperação das vendas e prestações de serviços, comparativamente ao ano de 2020. No entanto, ainda foi um ano fortemente afetado pelos efeitos negativos da pandemia Covid-19, motivado pela redução significativa de turistas que visitaram os Açores, apesar de se ter verificado alguma retoma, para a qual contribuiu muito a procura interna.

23. Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Contrato-programa - Coesão	2 995 862,97	2 972 458,79
Apoio ao Emprego - Integra		982,30
	2 995 862,97	2 973 441,09

Em 2021, a Ilhas de valor recebeu o montante de 3.200.000 € no âmbito da Resolução do Conselho de Governo n.º 131/2021 de 31 de maio de 2021, destinado à concretização do plano de investimento e de atividade da empresa, com particular relevância no âmbito coesão regional. Deste montante, foi, entretanto, apurado o valor de 204.137,03 € de investimento em ativos fixos tangíveis, que foi reconhecido na rubrica de Capital Próprio e subsequentemente na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. O restante montante de 2.995.862,97 € destinou-se à cobertura dos gastos inerentes ao funcionamento da sociedade e que foram incorridos no próprio exercício, pelo que foi contabilizado em subsídios de exploração.

24. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	302 133,00	406 995,14
Materiais	18 916,75	19 040,42
Energia e fluídos	128 336,02	122 141,07
Deslocações, estadas e transportes	7 563,12	6 374,72
Serviços diversos	154 897,19	163 812,06
	611 846,08	718 363,41

Registou-se uma diminuição em fornecimentos e serviços durante o ano de 2021, quando comparado com o ano anterior, motivada essencialmente pela diminuição dos encargos com trabalhos especializados. Estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade da empresa.

A rubrica de gastos com pessoal registou um ligeiro aumento, tendo em conta o aumento do período de funcionamento da empresa durante o ano.

25. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2021 e 2020, foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Remunerações dos órgãos sociais	144 658,92	144 658,92
Remunerações do pessoal	1 010 223,72	980 619,19
Encargos sobre remunerações	261 049,20	245 154,50
Seguros	20 837,91	20 478,28
Outros gastos com pessoal	4 599,91	3 864,23
	1 441 369,66	1 394 775,12

A rubrica de gastos com pessoal registou um ligeiro aumento, tendo em conta o aumento do período de funcionamento da empresa durante o ano. Ainda assim, esta variação de 46.594,54 € apresenta pouca relevância nos custos globais.

26. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Subsídios Investimento		
- SIDER - Hotel Flores e Graciosa	-	260 675,12
- SIDER - Adução Termas do Carrapacho	-	22 932,00
- PO 2020 - Incubadora Empresas St Maria	38 543,83	44 304,74
- Contrato-programa Coesão 2020	16 003,14	16 003,14
- Contrato-programa Coesão 2021	19 579,11	-
Outros rendimentos e ganhos	636,62	4 820,34
	74 762,70	348 735,34

Dos 74.762,70 € contabilizados em outros proveitos, 74.126,08 € dizem respeito à imputação de Subsídio ao investimento, nomeadamente na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (PO2020) no valor de 38.543,83 €; e nos investimentos em ativos fixos tangíveis no âmbito dos Contratos-programa “Coesão” de 2020 e de 2021 no valor de 35.582,25 €.

A redução acentuada registada entre o ano 2021 e o ano de 2020 resulta do termo do reconhecimento do Subsídio ao Investimento atribuído à beneficiação dos Hotéis Flores/Graciosa e Adução Termas do Carapacho (SIDER).

Restantes proveitos resultam de proveitos residuais e correções exercício anterior.

27. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Impostos	24 332,00	17 751,88
Taxas	1 196,90	824,05
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	21 002,54	11 723,08
Doações	1 705 510,88	-
Outros gastos e perdas	36 758,34	37 374,35
	1 788 800,66	67 673,36

A verba de 24.332,00 € inclui Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como impostos sobre equipamentos de transporte.

A verba 21.002,54 € resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial referente à “Pousada da juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda”.

A verba de 1.705.510,88 € resulta da transferência de património da Ilhas de Valor, S.A. para a administração direta da Região Autónoma dos Açores (Direção Regional da Cultura) da antiga Fábrica da Baleia do Boqueirão (Museu das Flores) a 31 de julho de 2021, através do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio. Nesta sequência, foi registado em doações do exercício o valor contabilístico dos ativos fixos tangíveis de 1.689.404,91 €, bem como o valor em existências de 16.105,97 €.

A verba de 36.758,34 € refletem o Imposto Selo em operações bancárias e as quotizações pagas a entidades externas.

28. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	209 857,98	203 065,51
Outros gastos e perdas de financiamento	21 575,21	67 163,47
	231 433,19	270 228,98
Resultados financeiros	231 433,19	270 228,98

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros.

Os gastos financeiros incluem os juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, contraídos pela empresa para o financiamento das suas atividades. Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos obtidos.

29. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2021 atingiam um valor de 3.683.664,88 € (em 2020 – 4.113.859,79 €) conforme abaixo detalhado, sendo que a esta data não existia nenhum financiamento em incumprimento.

Garantia	Entidade	Banco	Data Início	Montante Inicial	Montante em Dívida	Maturidade
Aval	Associação para Desenvolvimento Ilha de S. Jorge	CGD	28-jun-13	279 920,10	89 768,94	28-jun-25
Aval	José Cymbron Lda.*	BCP	10-set-14	7 469,00	3 759,00	10-mar-22
Aval	Sociedade Açoriana Optica Ourivesaria Lda.*	BCP	5-nov-14	3 361,05	2 215,20	5-mai-22
Aval	Associação para Desenvolvimento Ilha de S. Jorge	Santanter	10-dez-10	1 000 000,00	112 103,33	10-dez-22
Aval	Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda	NBA	19-set-11	379 902,96	141 996,03	19-set-22
Aval	Angrasol - Hotelaria, Turismo e Comércio S.A.	CEMAH	23-set-14	3 589 693,19	3 333 822,38	23-mar-26
				5 260 346,30	3 683 664,88	

30. Imposto sobre o Rendimento do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Imposto s/ rendimento corrente	5 355,31	132 721,96
Imposto s/ rendimento diferido	(134 985,47)	-
	(129 630,16)	132 721,96

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	31-Dez-21	31-Dez-20
Resultado antes de Imposto	(1 012 892,80)	717 163,12
Diferenças temporárias:		
Outros	-	-
Diferenças permanentes:		
MEP	(21 002,54)	(11 723,08)
Outros	(73 621,73)	(38 759,44)
	(94 624,27)	(50 482,52)
Lucro Tributável/(Prejuízo Fiscal)	(918 268,53)	768 140,27
Taxa nominal de imposto	14,70%	16,80%
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	-
Tributação autónoma	5 355,31	3 674,39
Imposto diferido	(134 985,47)	-
Imposto s/ Rendimento	(129 630,16)	132 721,96
Taxa efetiva de imposto	12,80%	18,51%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2021	2020
Taxa de imposto	14,70%	16,80%
Derrama	1,00%	1,50%
Derrama estadual		
LT > 1 500 000 e < 7 500 000	2,40%	2,40%
LT > 7 500 000 e < 35 000 000	4,00%	4,00%
LT > 35 000 000	7,20%	7,20%

31. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Ilhas de Valor, S.A. é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,56% do capital da Empresa. O restante é detido pelo Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico (49,44%).

Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes Relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o

exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração foram na sua totalidade liquidadas pela Ilhas de Valor, S.A..

Remuneração do Revisor oficial de contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2021 cifrou-se em 9.600,00 €. O mesmo não prestou outros serviços distintos de auditoria.

Saldos e Transações com Empresas Subsidiárias e Associadas

No final dos períodos de 2021 e 2020 os saldos pendentes em Outros Créditos a Receber, resultantes de transações efetuadas com subsidiária Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. são de 721.637,52 € e de 661.587,52 €, respetivamente.

32. Disposições Legais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

33. Eventos subsequentes

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2021 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

Vila do Porto, 14 de abril de 2022

O Contabilista Certificado n.º 85270

O Conselho de Administração

12.6. Mapas Orçamentais

12.6.1. Demonstração do desempenho orçamental

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2021

Lançamento:

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	99.943,42	93.694,50	0,00	0,00	0,00	193.637,92	306.442,20
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					2.140,50	2.140,50	3.180,75
	Receita corrente							
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	698.995,47	0,00	0,00	0,00	0,00	698.995,47	513.187,80
R7	Outras Receitas Correntes	248.507,56	0,00	0,00	0,00	0,00	248.507,56	160.908,78
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	3.314.859,88	0,00	0,00	0,00	3.314.859,88	6.460.740,13
R9.1	Transferências de capital	0,00	3.314.859,88	0,00	0,00	0,00	3.314.859,88	6.460.740,13
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	3.200.000,00	6.201.766,47
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	3.200.000,00	6.201.766,47
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	114.859,88	0,00	0,00	0,00	114.859,88	258.973,66
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	268.389,06	0,00	0,00	0,00	0,00	268.389,06	146.344,92
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	1.215.892,09	3.314.859,88	0,00	0,00	0,00	4.530.751,97	7.281.181,63
	Receita não efetiva [3]	0,00	232.000,00	0,00	0,00	0,00	232.000,00	2.820.000,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	232.000,00	0,00	0,00	0,00	232.000,00	2.820.000,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1.315.835,51	3.640.554,38	0,00	0,00	0,00	4.956.389,89	10.407.623,83
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					43.495,40	43.495,40	166.051,26

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2021

Lançamento:

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	0,00	1.423.887,51	0,00	0,00	0,00	1.423.887,51	1.386.949,26
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	1.133.985,51	0,00	0,00	0,00	1.133.985,51	1.100.147,86
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	33.898,82	0,00	0,00	0,00	33.898,82	21.688,33
D1.3	Segurança social	0,00	256.003,18	0,00	0,00	0,00	256.003,18	265.113,07
D2	Aquisição de bens e serviços	881.173,05	35,79	0,00	0,00	0,00	881.208,84	937.672,09
D3	Juros e outros encargos	12.403,75	208.197,55	0,00	0,00	0,00	220.601,30	237.446,00
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	543,78	164.007,28	0,00	0,00	0,00	164.551,06	325.753,59
	Despesa de Capital							
D6	Aquisição de bens de capital	21.629,78	117.366,07	0,00	0,00	0,00	138.995,85	357.824,03
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	60.050,00	0,00	0,00	0,00	60.050,00	81.650,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	60.050,00	0,00	0,00	0,00	60.050,00	81.650,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	60.050,00	0,00	0,00	0,00	60.050,00	81.650,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
	Despesa efetiva [5]	915 750,36	1 973 544,20	0,00	0,00	0,00	2 889 294,56	
	Despesa não efetiva [6]	0,00	1 471 318,11	0,00	0,00	0,00	1 471 318,11	
D9	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Passivos financeiros	0,00	1 471 318,11	0,00	0,00	0,00	1 471 318,11	3 886 690,94
	Soma [7]=[5]+[6]	915 750,36	3 444 862,31	0,00	0,00	0,00	4 360 612,67	
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]					39 391,06	39 391,06	
	Saldos para gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	400.082,15	195.692,07	0,00	0,00	0,00	595.774,22	193.637,92
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					6.244,84	6.244,84	2.140,50
	Saldo global [2]-[5]	300 141,73	1 341 315,68	0,00	0,00	0,00	1 641 457,41	953 886,66
	Despesa primária	903 346,61	1 765 346,65	0,00	0,00	0,00	2 668 693,26	6 089 848,97
	Saldo corrente	53 382,45	-1 796 128,13	0,00	0,00	0,00	-1 742 745,68	-2 213 724,36
	Saldo de capital	246 759,28	3 137 443,81	0,00	0,00	0,00	3 384 203,09	3 167 611,02
	Saldo primário	312 545,48	1 549 513,23	0,00	0,00	0,00	1 862 058,71	1 191 332,66
	Receita total [1]+[2]+[3]	1 315 835,51	3 640 554,38	0,00	0,00	0,00	4 956 389,89	10 407 623,83
	Despesa total [5]+[6]	915 750,36	3 444 862,31	0,00	0,00	0,00	4 360 612,67	10 213 985,91

O Responsável

A Administração

12.6.2. Demonstração da Execução Orçamental da Receita

Demonstração da Execução Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receta cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. orç. Período anterior	Grau exec. orç. Período corrente
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			
	Receitas Correntes												
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	728.650,00	175.667,88	724.574,24	0,00	698.995,47	0,00	8.105,70	690.889,77	698.995,47	201.246,65	1,11%	94,82%
R7	Outras Receitas Correntes	2.000,00	0,00	248.507,56	0,00	248.507,56	0,00	0,00	248.507,56	248.507,56	0,00	0,00%	12425,38%
	Total das Receitas Correntes	733.650,00	175.667,88	973.081,80	0,00	947.503,03	0,00	8.105,70	939.397,33	947.503,03	201.246,65	1,10%	128,04%
	Receitas de Capital												
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9	Transferências e subsídios de capital	4.260.144,00	0,00	3.314.859,88	0,00	3.314.859,88	0,00	0,00	3.314.859,88	3.314.859,88	0,00	0,00%	77,81%
R9.1	Transferências de capital	4.260.144,00	0,00	3.314.859,88	0,00	3.314.859,88	0,00	0,00	3.314.859,88	3.314.859,88	0,00	0,00%	77,81%
R9.1.1	Administrações Públicas	4.000.000,00	0,00	3.200.000,00	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	0,00%	80,00%
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.5	Administração Local	4.000.000,00	0,00	3.200.000,00	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	0,00%	80,00%
R9.1.2	Exterior - U E	260.144,00	0,00	114.859,88	0,00	114.859,88	0,00	0,00	114.859,88	114.859,88	0,00	0,00%	44,15%
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
P10	Outras receitas de capital	262.186,00	0,00	268.389,06	0,00	268.389,06	0,00	0,00	268.389,06	268.389,06	0,00	0,00%	102,37%

Demonstração da Execução Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2021
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Rubrica	Descrição	Previdões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita líquida	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. orç. Período anterior	Período corrente
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			
	Total das Receitas de Capital	4.522.330,00	0,00	3.583.248,94	0,00	3.583.248,94	0,00	0,00	0,00	3.583.248,94	0,00	0,00%	79,23%
	Receitas não efetivas												
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	Receita com Passivos financeiros	1.170.000,00	0,00	232.000,00	0,00	232.000,00	0,00	0,00	0,00	232.000,00	0,00	0,00%	19,83%
	Total das Receitas não efetivas	1.170.000,00	0,00	232.000,00	0,00	232.000,00	0,00	0,00	0,00	232.000,00	0,00	0,00%	19,83%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R14	Saldo de gerência anterior - operações orçamentais	193.639,00	0,00	193.637,92	0,00	193.637,92	0,00	0,00	0,00	193.637,92	0,00	0,00%	100,00%
	Total Geral (Receitas Correntes)	733.650,00	175.667,88	973.081,80	0,00	947.503,03	0,00	8.105,70	939.397,33	947.503,03	201.246,65	1,10%	128,04%
	Total Geral (Rec. de Capital)	4.522.330,00	0,00	3.583.248,94	0,00	3.583.248,94	0,00	0,00	3.583.248,94	3.583.248,94	0,00	0,00%	79,23%
	Total Geral (Receitas Não Efetivas)	1.170.000,00	0,00	232.000,00	0,00	232.000,00	0,00	0,00	232.000,00	232.000,00	0,00	0,00%	19,83%
	Total Geral	6.619.619,00	175.667,88	4.981.968,66	0,00	4.956.389,86	0,00	8.105,70	4.948.284,16	4.956.389,86	201.246,65	0,12%	74,75%

O Responsável

A Administração

Em ___ de _____ de _____ Em ___ de _____ de _____

12.6.3. Demonstração da Execução Orçamental da Despesa

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	(Valores em EUR)	
							Período anterior	Total			Período anterior	Período corrente
D1	Despesas com o pessoal	34.659,20	1.671.620,00	0,00	1.472.124,50	1.472.124,50	1.404.718,60	1.423.887,51	0,00	48.236,99	1,15%	84,03%
D1.1	Remunerações certas e permanentes	16.012,08	1.299.330,00	0,00	1.146.354,47	1.146.354,47	1.118.158,38	1.133.985,47	0,00	12.368,96	1,22%	86,06%
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	384,53	52.690,00	0,00	34.555,70	34.555,70	33.518,84	33.898,82	0,00	656,88	0,72%	63,62%
D1.3	Segurança social	18.262,59	319.600,00	0,00	291.214,33	291.214,33	253.041,38	256.003,18	0,00	35.211,15	0,93%	79,17%
D2	Aquisição de bens e serviços	29.782,99	1.045.997,00	0,00	943.597,66	943.597,66	881.208,64	881.208,84	0,00	62.388,82	0,00%	84,25%
D3	Juros e outros encargos	0,00	229.024,00	0,00	220.601,30	220.601,30	220.601,30	220.601,30	0,00	0,00	0,00%	96,32%
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D5	Outras Despesas Correntes	20,00	285.050,00	0,00	164.571,06	164.571,06	164.551,06	164.551,06	0,00	20,00	0,00%	57,75%
	Total das Despesas Correntes	64.462,19	3.231.691,00	0,00	2.800.894,52	2.800.894,52	2.671.079,60	2.690.248,71	0,00	110.645,81	0,59%	82,65%
D6	Despesas de capital											
D6	Aquisição de bens de capital	27.866,60	1.054.030,00	0,00	232.758,71	232.758,71	138.995,85	138.995,85	0,00	93.762,86	0,00%	13,19%
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	62.000,00	0,00	60.050,00	60.050,00	60.050,00	60.050,00	0,00	0,00	0,00%	96,85%
D7.1	Transferências de capital	0,00	62.000,00	0,00	60.050,00	60.050,00	60.050,00	60.050,00	0,00	0,00	0,00%	96,85%
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D7.1.4	Outras	0,00	62.000,00	0,00	60.050,00	60.050,00	60.050,00	60.050,00	0,00	0,00	0,00%	96,85%
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8	Outras despesas de capital	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	Total das Despesas de Capital	27.866,60	1.916.030,00	0,00	292.808,71	292.808,71	199.045,85	199.045,85	0,00	93.762,86	0,00%	10,39%

Ilhas de Valor, SA

Demonstração da Execução Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2021
 Lançamento: <TODOS>

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas, liquidas, de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	(Valores em EUR)	
							Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	1.471.898,00	0,00	1.471.318,11	1.471.318,11	1.471.318,11	1.471.318,11	0,00	0,00	0,00%	99,96%
	Total das Despesas não efetivas	0,00	1.471.898,00	0,00	1.471.318,11	1.471.318,11	1.471.318,11	1.471.318,11	0,00	0,00	0,00%	99,96%
	Total Geral (Despesas Correntes)	64.462,19	3.231.691,00	0,00	2.800.894,52	2.800.894,52	2.671.079,60	2.690.248,71	0,00	110.645,81	0,59%	82,65%
	Total Geral (Despesas Capital)	27.866,60	1.916.030,00	0,00	292.808,71	292.808,71	199.045,85	199.045,85	0,00	93.762,86	0,00%	10,39%
	Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	1.471.898,00	0,00	1.471.318,11	1.471.318,11	1.471.318,11	1.471.318,11	0,00	0,00	0,00%	99,96%
	Total Geral	92.328,79	6.619.619,00	0,00	4.565.021,34	4.565.021,34	4.341.443,56	4.360.612,67	0,00	204.408,67	0,29%	65,58%

O Responsável

A Administração

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

12.6.4. Alterações Orçamentais da Receita

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Rubrica	Descrição	Receita				Previsões Corrigidas	Observações
		Previsões Iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Creditos Especiais		
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	730.650,00	4.100,00	6.100,00	0,00	738.650,00	
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	
	Total das Receitas Correntes	733.650,00	6.100,00	6.100,00	0,00	733.650,00	
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9	Transferências e subsídios de capital	4.260.144,00	0,00	0,00	0,00	4.260.144,00	
R9.1	Transferências de capital	4.260.144,00	0,00	0,00	0,00	4.260.144,00	
R9.1.1	Administrações Públicas	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total das Receitas de Capital	4.260.144,00	0,00	0,00	0,00	4.260.144,00	

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Rubrica	Descrição	Receita				Previsões Corrigidas	Observações
		Previsões iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
R9.1.1.4	Administração regional	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2	Exterior - U E	260.144,00	0,00	0,00	0,00	260.144,00	
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	262.186,00	0,00	0,00	0,00	262.186,00	
	Total das Receitas de Capital	4.522.330,00	0,00	0,00	0,00	4.522.330,00	
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Receita com Passivos financeiros	1.170.000,00	0,00	0,00	0,00	1.170.000,00	
	Total das Receitas não efetiva	1.170.000,00	0,00	0,00	0,00	1.170.000,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	193.639,00	193.639,00	
	Total Geral (Receitas Correntes)	733.650,00	6.100,00	6.100,00	0,00	733.650,00	
	Total Geral (Receitas Capital)	4.522.330,00	0,00	0,00	0,00	4.522.330,00	
	Total Geral (Receitas Não Efetivas)	1.170.000,00	0,00	0,00	0,00	1.170.000,00	
	Total Geral	6.425.980,00	6.100,00	6.100,00	193.639,00	6.619.619,00	

O Responsável

A Administração

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

12.6.5. Alterações Orçamentais da Despesa

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Rubrica	Descrição	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações Orçamentais		Dotações Corrigidas		
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações		Créditos Especiais	
D1	Despesas Correntes						
D1.1	Despesas com o pessoal	1.577.925,00	14.500,00	14.500,00	93.695,00	1.671.620,00	
D1.2	Remunerações certas e permanentes	1.215.635,00	4.500,00	14.500,00	93.695,00	1.299.330,00	
D1.3	Abonos variáveis ou eventuais	42.690,00	10.000,00	0,00	0,00	52.690,00	
D2	Segurança social	319.600,00	0,00	0,00	0,00	319.600,00	
D3	Aquisição de bens e serviços	962.053,00	63.500,00	79.500,00	99.944,00	1.045.997,00	
D4	Juros e outros encargos	220.524,00	22.500,00	14.000,00	0,00	229.024,00	
D4.1	Transferências e subsídios correntes	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	
D4.1.1	Transferências correntes	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2	Outras	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	
D5	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Outras Despesas Correntes	285.050,00	0,00	0,00	0,00	285.050,00	
	Total das Despesas Correntes	3.054.552,00	100.500,00	117.000,00	193.639,00	3.231.691,00	
D6	Despesas de Capital						
D7	Aquisição de bens de capital	1.124.530,00	50.500,00	121.000,00	0,00	1.054.030,00	
D7.1	Transferência e subsídios de capital	127.000,00	0,00	65.000,00	0,00	62.000,00	
D7.1.1	Transferências de capital	127.000,00	0,00	65.000,00	0,00	62.000,00	
D7.1.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.2	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Rubrica	Descrição	Despesa				Dotações Corrigidas	Observações
		Dotações Iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.4	Outras	127.000,00	0,00	65.000,00	0,00	62.000,00	
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8	Outras despesas de capital	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00	
	Total das Despesas de capital	2.051.530,00	50.500,00	186.000,00	0,00	1.916.030,00	
D9	Despesas não efetivas						
	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10	Despesa com passivos financeiros	1.319.898,00	152.000,00	0,00	0,00	1.471.898,00	
	Total das Despesas não efetivas	1.319.898,00	152.000,00	0,00	0,00	1.471.898,00	
	Total Geral (Despesas Correntes)	3.054.552,00	100.500,00	117.000,00	193.639,00	3.231.691,00	
	Total Geral (Despesas Capital)	2.051.530,00	50.500,00	186.000,00	0,00	1.916.030,00	
	Total Geral (Despesas não efetivas)	1.319.898,00	152.000,00	0,00	0,00	1.471.898,00	
	Total Geral	6.425.980,00	303.000,00	303.000,00	193.639,00	6.619.619,00	

O Responsável

A Administração

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

13. Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
EXERCÍCIO DE 2021

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da ILHAS DE VALOR, S.A., relativos ao exercício de 2021.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2021, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o n.º 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021;
- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;



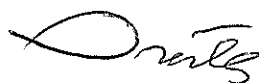
Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 18 de Abril de 2022

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

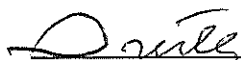
Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 30.189.274 euros e um total de património líquido de 17.282.019 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 883.263 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2021 o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 4.956.390 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 4.360.613 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

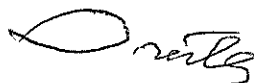
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 18 de Abril de 2022



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)